

REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA ACERCA DE RECURSOS VOLTADOS À PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW OF RESOURCE TO PREVENT CHILD SEXUAL ABUSE

Andressa FERREIRA¹
Suellen VILALVA²

RESUMO

Introdução: O abuso sexual infantil caracteriza-se como um problema de saúde pública. Considerado uma forma de violência manifesta por meio de ações diversas que vão desde a exposição da vítima a meios pornográficos até propriamente o ato sexual, suas consequências podem se traduzir em fatores de risco ao desenvolvimento global infantil. Nesse sentido, estratégias voltadas para a prevenção do abuso sexual tornam-se necessárias, para tanto, é preciso conhecer quais recursos encontram-se disponíveis para tal fim. **Objetivo:** esse estudo objetivou explorar e descrever quais recursos se encontravam disponíveis para o planejamento de intervenções destinadas à prevenção do abuso sexual infantil nos últimos cinco anos, isto é, nos anos de 2014 a 2018. **Método:** Foi elaborado um protocolo de revisão sistemática, por meio do qual foram consultadas as bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal de Periódicos Capes. **Resultados e Discussão:** Embora tenham sido encontrados cinco estudos dentro dos critérios elegidos, os achados indicam uma lacuna na disponibilidade de recursos publicados nos últimos cinco anos e na língua portuguesa para a prevenção do abuso sexual de crianças. **Considerações finais:** Considera-se, no entanto, que, se outros critérios fossem adotados, resultados mais expressivos poderiam ter sido encontrados.

PALAVRAS-CHAVE: abuso sexual, delitos sexuais, criança.

ABSTRACT

Introduction: The child sexual abuse is characterized as a kind of a public health problem. Considered a violence type that can be manifested through different actions ranging from exposure of the victim to pornographic materials until to the carnal conjunction, their consequences can translate into risk factors for the overall development of children. Thus, become necessities strategies to the sexual abuse prevention, therefore is necessary to know what resources are available for this purpose. **Objective:** This manuscript is characterized as a literature systematic revision that aims to explore and describe what resources are currently available for the planning of structured interventions destined to the child sexual abuse prevention in the last five years, that is, 2014-2018. **Method:** A systematic review protocol was developed, in which the database Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) and Portal de Periódicos Capes were consulted. **Results and Discussion:** Although five studies were found within the chosen criteria, the findings indicate a gap in the availability of resources published in the last five years and in the Portuguese language for the prevention of sexual abuse of children. **Final considerations:** however, if wider selection criteria were adopted more expressive results could be found.

KEYWORDS: child abuse, sexual, sex offenses, child.

¹ Psicóloga pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL).

² Psicóloga, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

e-mail para correspondência: suellen.vila@gmail.com e a_alvesfs@yahoo.com.

1. INTRODUÇÃO

O abuso sexual tem sido considerado um problema de saúde pública. Os efeitos sociais, emocionais e cognitivos dessa forma de violência, sobretudo, em relação ao público infantojuvenil, podem ocasionar prejuízos em curto e longo prazo ao desenvolvimento global da criança^{9,17, 20}.

Caracterizado como uma forma de violência, este é um evento de natureza social e cultural, razão pela qual há inconstâncias entre as culturas e subculturas em relação à definição precisa deste fenômeno. Em termos gerais, o abuso sexual define-se como qualquer situação na qual uma criança é utilizada como gratificação sexual para outrem. São considerados abusivos comportamentos que vão desde carícias até a própria penetração em si, podendo incluir ou não a utilização de violência física¹³. Tal dinâmica se baseia em uma relação de poder, pressupondo que este outrem tem algum controle sobre criança.

O abuso sexual não obedece a um padrão único de ocorrência e não se limita a nenhuma camada socioeconômica ou cultural específica da sociedade. Além disso, sabe-se que, embora essa forma de violência possa ocorrer nos meios intra e extrafamiliar, isto é, possa ser praticada por indivíduos que possuem algum laço de proximidade ou parentesco com a vítima, bem como por indivíduos que não necessariamente são conhecidos dela, o maior índice de abusos sexuais infantis ainda está concentrado na esfera intrafamiliar^{4, 3, 19}.

Dentre as consequências do abuso sexual na infância podem ocorrer o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), depressão, confusão emocional, isolamento, relações disruptivas, medo, agressividade e competitividade exacerbada, problemas de aprendizagem, comportamento sexual inapropriado, tendências suicidas, entre outras²⁰. Tão mais graves serão as consequências do abuso sexual a depender da forma como este é cometido (com ou sem contato físico, com ou sem uso de violência), bem como da sua frequência, duração e a qualidade do vínculo mantido entre a vítima e o abusador²⁰. Sabe-se, no entanto, que tais consequências poderão variar de acordo com fatores individuais, familiares e sociais aos quais a vítima está exposta e, principalmente, em conformidade com a maneira como a criança ou adolescente interpreta essa vivência²⁰.

Trata-se ainda de violação de direitos, visto que fere a dignidade da criança, pois ela não está apta em termos biológicos e psicológicos para experimentar ou até mesmo concordar com interações dessa natureza²⁰.

Considerando as consequências ao desenvolvimento do indivíduo vítima de violência sexual, torna-se necessário pensar em estratégias preventivas em saúde e educação, as quais sejam capazes de diminuir o risco de ocorrência dessa violência, e também minimizar seu impacto caso ela ocorra^{6, 20}.

Em saúde existem diferentes níveis de prevenção: primário, secundário, terciário, quaternário. A nível primário e secundário, as ações em saúde estão voltadas para impedir que o evento abusivo ocorra, a nível terciário e quaternário as ações são planejadas para tratamento da vítima, visando prevenir os efeitos tardios provenientes da violência, bem como o controle decorrente de procedimentos desnecessários ou prejudiciais em saúde²⁶.

Ao planejar ações preventivas, é relevante considerar a importância de todos os personagens que têm contato com a criança, incluindo ela mesma. As ações destinadas à criança devem instrumentalizá-la para que, em face da compreensão do que significa a violência sexual, possa estar mais vigilante e, em eventuais situações de risco, se autoprotoger²⁴. As habilidades de autoproteção por parte da criança consistem no reconhecimento da situação potencialmente de risco, na experimentação do sentimento de estar no controle dela, e também nos consequentes comportamentos destinados a deixar esta tal circunstância²⁴.

Ações preventivas, contudo, precisam ir além do alcance das crianças, contemplando os adultos de referência que fazem parte do contexto infantil. É necessário que os adultos, quer familiares, quer educadores, tenham clareza acerca do conceito dessa forma de violência, e se configurem como figuras acolhedoras e de confiança para a criança. O estabelecimento de um vínculo relacional de qualidade se caracteriza como um fator de proteção ao desenvolvimento. Também é importante que tais figuras se envolvam em ações promotoras desse conhecimento, e das formas de proteção a ele relacionadas. Torna-se então necessário conhecer quais recursos atualmente estão disponíveis para o planejamento de intervenções efetivas na prevenção dessa forma de violência.

Esse manuscrito se caracteriza como uma revisão sistemática de literatura que objetiva explorar e descrever os recursos, presentes na literatura em língua portuguesa dos últimos cinco anos, voltados para a prevenção do abuso sexual em crianças.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura que assume caráter exploratório descritivo acerca da disponibilidade de recursos para a prevenção do abuso sexual na infância. Assim, a questão norteadora foi: existem recursos disponíveis que possibilitem uma abordagem preventiva do abuso sexual na infância produzidos em língua portuguesa nos últimos cinco anos? Se sim, quais?

2.1 PROCEDIMENTOS

A primeira etapa, nomeada como 1ª fase de busca, consistiu no levantamento bibliográfico geral nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Periódicos CAPES (CAPES). Foram inseridos nas bases de dados os descritores mencionados na tabela 1. O resultado geral sem o estabelecimento de nenhum critério, na data de 25 de março de 2019, foi de 341 documentos.

Tabela 1 - 1ª Fase de busca - Distribuição geral de documentos de acordo com as bases bibliográficas elegidas

DESCRITORES	BVS	CAPES	*TOTAL GERAL
materiais para a prevenção do abuso sexual infantil	4	56	60
recursos para a prevenção do abuso sexual infantil	17	88	105
estratégias para a prevenção do abuso sexual infantil	30	49	79
instrumentos para a prevenção do abuso sexual infantil	7	34	41
meios para a prevenção do abuso sexual infantil	4	52	56
TOTAL	62	279	<u>341</u>

Fonte: As autoras (2018).

Na 2ª fase de busca, para ambas as bases (BVS e CAPES), foram estabelecidos os seguintes filtros: 1) Inserção dos descritores em letras minúsculas e em língua portuguesa; 2) Filtragem por “tipo de recurso/tipo de documento” = artigos; 3) Últimos cinco anos. Nesta etapa, foram encontrados 68 artigos, sendo 6 referentes à BVS e 62 a CAPES.

Na 3ª fase de busca, em função da variedade de filtros disponíveis na base de dados da BVS, foram utilizados filtros adicionais. Já em relação a CAPES, o mesmo não ocorreu devido à escassez de filtros adicionais. Sendo assim, na base de dados BVS, foram utilizados para cada descritor os seguintes filtros: 1) Texto completo: disponível; 2) Assunto principal: abuso sexual na infância. Resultaram desta aplicação 5 artigos (materiais para a prevenção do abuso sexual infantil = 2; recursos para a prevenção do abuso sexual infantil = 0; estratégias para a prevenção do abuso sexual infantil = 3; instrumentos para a prevenção do abuso sexual infantil = 0; meios para a prevenção do abuso sexual infantil = 0).

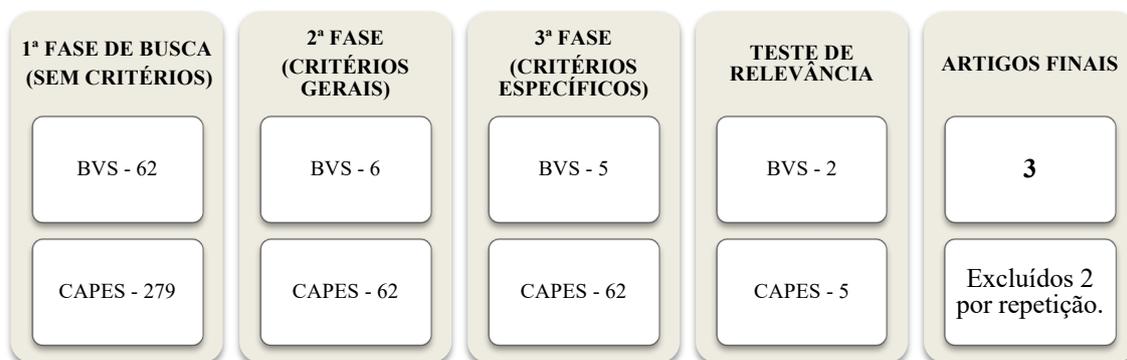
Em relação à base de dados CAPES, na qual se mantiveram os filtros anteriores, originaram-se 62 artigos (materiais para a prevenção do abuso sexual infantil = 9; recursos para a prevenção do

abuso sexual infantil = 20; estratégias para a prevenção do abuso sexual infantil = 22; instrumentos para a prevenção do abuso sexual infantil = 0; meios para a prevenção do abuso sexual infantil = 11).

Após terem sido identificados 67 artigos para análise, estes foram submetidos ao teste de relevância, incluindo-se aqueles que obtivessem respostas afirmativas aos seguintes questionamentos: 1) Traz resumo? 2) O resumo retrata algum tipo de recurso, material ou estratégia voltados para a prevenção do abuso sexual na infância? Para ambas as perguntas, a resposta deveria ser positiva a fim de que o artigo fosse incluído na análise, os artigos com respostas negativas foram excluídos. De igual modo, tais artigos foram submetidos ao mesmo procedimento adotando-se a análise de um juiz independente. Em seguida, foi realizado um cálculo de concordância entre a análise empreendida pelo juiz e pelas autoras, representado pela fórmula $[C/(C+D)] \times 100$ (Concordâncias/Concordâncias + Discordâncias X 100), por meio do qual obteve-se um índice de 98.6% de concordância. O valor referiu-se à discordância em relação a apenas um artigo, o qual, após discutido e avaliado em conjunto, foi excluído do estudo.

Decorrente da aplicação do teste de relevância, foram selecionados 5 artigos, sendo 2 oriundos da base de dados BVS e 5 da base de dados CAPES, porém, foram excluídos dois artigos que se repetiam em ambas as bases, logo, restaram apenas 3 artigos finais. A figura 1 ilustra as fases de busca e os respectivos números encontrados.

Figura 1 - Fases do procedimento de seleção e resultados



Fonte: As autoras (2018).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os cinco artigos analisados, os quais resultaram de todo o processo de filtragem, foram publicados nos periódicos: *Psico-USF* (n = 1), *Temas em Psicologia* (n = 1), *Psicologia, Reflexão e Crítica* (n = 1), *Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud* (n = 1), *Ciência & Saúde Coletiva* (n = 1). As buscas indicaram maior quantidade de artigos publicados no ano de 2015 (n = 2). Nos demais anos, o número de publicações foi um. Dentre as áreas do conhecimento dos periódicos em que os artigos analisados foram publicados, destacaram-se os eixos da saúde pública, multidisciplinar e psicológico. No que se refere ao fator de impacto de cada revista, dois artigos foram publicados em revistas com qualis A2^{12,23}, um em revista com qualis B1¹⁵, e outro em qualis A1¹⁰.

Todos os estudos caracterizaram-se como estudos de corte transversal e foram escritos em língua portuguesa. Dentre os recursos retratados estão um fôlder, uma intervenção cognitivo-comportamental voltada para meninos, literatura infantil, política indígena de intervenção, e um questionário para avaliação de conhecimento e atitude de profissionais de saúde frente a casos de abuso físico infantil. A idade dos participantes dos estudos variou de 8 a maiores de 18 anos. Não foi possível estabelecer com exatidão o parâmetro etário, visto que apenas um deles apresentou a idade exata dos participantes¹⁰.

Em relação à localização geográfica em que foram realizadas as pesquisas, destacaram-se as regiões norte¹⁵, sul¹⁰, sudeste²³, nordeste¹².

Tabela 2 – Síntese de resultados obtidos

Título	Autoria	Origem	Ano	Objetivo	Participantes	Faixa etária	Conclusão
Análise Aparente de Tecnologia Educativa para Universitários sobre Abuso Sexual Infantil	Matos, Karla Julianne Negreiros de; Stelko-Pereira, Ana Carina.	Ceará, Fortaleza, Brasil.	2015	Elaborar e realizar a validação de um pôlder de baixo custo, para orientar universitários sobre o abuso sexual infantil e sobre a importância de buscar assistência psicológica e jurídica, caso tenham sido vítimas na infância. Analisar se é compreensível para o público-alvo e adequado ao tema.	14	Maiores de 18 anos	O pôlder teve uma boa aceitação, porém são necessários estudos que avaliem o impacto do material no aumento de notificações de suspeitas de abuso, de instauração de ações penais, avaliar se as vítimas buscam auxílio após a sua leitura, e se as informações do pôlder foram propagadas pelos leitores a familiares, amigos e colegas do meio profissional.
Avaliação de Livros Infantis Brasileiros sobre Prevenção de Abuso Sexual baseada em Critérios da Literatura	Soma, Sheila Maria Prado; Williams, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque.	São Carlos, São Paulo, Brasil.	2017	Avaliar livros infantis de autores brasileiros, por meio de questionário online baseado em 27 critérios propostos em estudos prévios internacionais. Identificar assuntos e características de livros direcionados ao público infantil na tratativa da violência sexual.	12	Maiores de 18 anos	Todos os livros selecionados apresentaram potencial para prevenção do abuso sexual infantil. Ao serem utilizados, os livros deveriam ser acompanhados de estratégias específicas de prevenção ao abuso sexual.
Adaptação e Avaliação de uma Intervenção Cognitivo-Comportamental para Meninos Vítimas de Violência Sexual	Hohendorff, Jean von; Salvador-Silva, Roberta; de Andrade, Rosiane; Habigzang, Luisa Fernanda; Koller, Silvia Helena	Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.	2014	Adaptar, aplicar e avaliar um modelo de intervenção cognitivo-comportamental para meninos vítimas de violência sexual.	3	8, 10 e 16 anos	O estudo revelou que, embora a intervenção tenha se mostrado efetiva, meninos precisam de um número maior de sessões para acesso a memórias traumáticas quando comparados a meninas. E que, além disso, a aliança terapêutica se destaca como fator primordial à efetividade da intervenção.

Violência sexual, infância e povos indígenas: Ressignificação intercultural das políticas de proteção no contexto das indígenas crianças	Assis da Costa Oliveira	Pará, Brasil.	2016	Discutir e construir política diferenciada de intervenção sobre violência sexual contra crianças indígenas. Realizar análise reflexiva sobre os caminhos político-institucionais realizados pela Comissão Municipal, com base nos encaminhamentos desenvolvidos na Subcomissão de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Contexto dos Povos Indígenas e Comunidades Ribeirinhas.	40	Maiores de 18 anos	Há um vazio teórico-conceitual e procedimental relacionado aos direitos das crianças e dos adolescentes indígenas, resultando em prejuízos na capacitação dos profissionais e nas adequações e normativas que atendam à realidade sociocultural das crianças e adolescentes indígenas.
Relatos de gestores da Assistência Social, Educação e Segurança Pública sobre o enfrentamento da violência	Vieira, Luiza Jane Eyre de Souza; Oliveira, Antonia Karoline Araújo; Moreira, Deborah Pedrosa; Pereira, Aline de Souza; Catrib, Ana Maria Fontenelle; Lira, Samira Valentim Gama.	Ceará, Fortaleza, Brasil.	2015	O estudo analisa a percepção dos gestores municipais no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.	25	Maiores de 18 anos	A percepção dos gestores municipais retrata o quanto o enfrentamento a diferentes formas de violência contra a criança ainda se configura como um desafio intersetorial em razão não apenas do crescente número de casos, mas principalmente pela ausência de soluções efetivas destinadas a este fim. E embora alguns entrevistados citem a rede de proteção e existência de projetos sociais como um fator favorável à tratativa da temática, não são discutidas estratégias específicas de prevenção ao abuso sexual infantil.

Fonte: As autoras (2018).

A pesquisa de Matos e Stelko-Pereira¹² (2015) retrata a elaboração de um pôster educativo destinado à orientação da população adulta, especificamente universitários. A razão da escolha deste público foi justificada pelos autores em função de universitários serem considerados potenciais disseminadores de informação e por poderem se beneficiar da Lei 12.650/2012³ (Joanna Maranhão), a qual altera aspectos relativos à prescrição de crimes contra a dignidade sexual. O material em questão traz informações quanto à definição do abuso sexual, suas consequências, frequência, informações legais e orientações acerca de como realizar a notificação da suspeita de violência. Além disso, o pôster foi avaliado quanto a sua adequação preventiva por profissionais da área da Psicologia Forense, especificamente, dois doutores, dois mestres, um psicólogo e nove adultos, entre estes, indivíduos universitários ou com nível superior completo nas áreas de Educação, Humanas e Saúde. De uma forma geral, o conteúdo do material foi considerado adequado, no entanto, os profissionais da Psicologia apontaram limitações relativas à capacidade preventiva do pôster, visto que a prevenção do abuso sexual infantojuvenil engloba uma série de ações de natureza ampla¹².

Nesse sentido, antes mesmo de indagar quais e quão eficientes são os esforços direcionados para a prevenção do abuso sexual, é necessário compreender quais agentes deveriam estar comprometidos em intervir em relação à ocorrência desse tipo de violência, pois, embora a multidisciplinaridade seja essencial para a prevenção, o envolvimento da escola e dos familiares, bem como orientações claras acerca de como se proteger e do que fazer em casos de violência sexual, é fundamental para a efetividade do trabalho preventivo^{25, 16}. A prevenção trata-se, portanto, de um trabalho conjunto, que requer o envolvimento de "professores, pais, profissionais de saúde, juízes ou promotores que lidam direta ou indiretamente com crianças e adolescentes²⁶".

O estudo de Soma e Williams (2017)²⁴ teve como propósito avaliar a efetividade de seis livros infantis de abordagens preventivas (LIAPS) com base no instrumento denominado *Crêterios de Avaliaçãõ de LIAPS (CAL)*, nele são utilizados 27 crêterios distribuídos nas categorias: reconhecer, resistir e relatar. A habilidade de reconhecer diz respeito a discriminar uma potencial situaçãõ abusiva, a habilidade de resistir refere-se a se contrapor às possíveis investidas do agressor, e, por fim, a habilidade de relatar diz respeito a informar o ocorrido a alguém de sua confiançã. A seguir, a breve descriçãõ dos avaliados:

³ Lei Joanna Maranhão determina que os crimes como estupro tenham um prazo de até 20 anos a partir da maioridade para que se denuncie o agressor¹².

1. *Antônio*: retrata a história de um menino de sete anos que era frequentemente ameaçado por uma grande mão que o obrigava a fazer várias coisas que lhe causavam constrangimento e sofrimento⁵.
2. *Chapeuzinho Cor-de-Rosa e a astúcia do Lobo Mau*: conta a história de uma menina que, em decorrência das frequentes visitas à casa de sua avó, fez amizade com um lobo. Porém, em um desses encontros, o lobo toca o corpo da menina de um jeito que ela não gosta, pedindo-lhe que guardasse segredo²².
3. *A Invasão do Planeta chamado Carinho*: traz a história de dois planetas, Desejo e Carinho. Após terem sido vencidos em uma batalha contra os bons desejos, os maus desejos são expulsos do planeta *Desejo* e passam a habitar o planeta *Carinho*. Bons carinhos passam a ser influenciados pelos Maus desejos, tornando-se Maus-carinhos. Um dia, os maus-carinhos pegam um foguete rumo à Terra, e lá contaminam o planeta, deixando as crianças confusas⁷.
4. *Segredo Segredíssimo*: narra a história de amizade entre duas garotas, uma delas revela à outra que o tio gosta de fazer brincadeiras de adulto com ela. Encorajada pela amiga, a menina que sofria revela o ocorrido a sua mãe².
5. *O Segredo da Tartarina*: revela a história de uma tartaruga que vive no fundo do mar e que passa a se comportar de forma diferente após manter contato com o pai de um de seus amigos, que costumava tirar fotos dela sem o casco. Essas ocasiões são mantidas em segredo pela tartaruga, até que um dia ela resolve expor a uma de suas professoras o que acontecia.
6. *Pipo e Fifi*: conta, por meio de rimas, a história de dois monstrinhos, Pipo e Fifi, os quais narram a anatomia de si mesmos e do corpo humano infantil. Há menção ao toque do sim e ao toque do não¹.

O estudo retrata que não são todos os livros que atendem aos critérios de reconhecer, resistir e relatar. Contudo, eles se caracterizam como recursos significativos para a prevenção, sobretudo, se utilizados em conjunto com estratégias adicionais que possibilitem uma intervenção cautelosamente estruturada²³.

O estudo de Hohendorff et al.¹⁰ (2014) objetivou adaptar, aplicar e avaliar um modelo de intervenção cognitivo-comportamental para meninos vítimas de violência sexual com faixa etária entre oito e dezesseis anos. A intervenção foi adaptada a partir do modelo de grupoterapia cognitivo-comportamental destinado a meninas vítimas de violência sexual. A intervenção ocorreu em 16 sessões com duração média de uma hora e trinta minutos, divididas em duas etapas: 1) Psicoeducação

Ferreira A, et al. Revisão sistemática de literatura acerca de recursos voltados à prevenção do abuso sexual infantil. RGS.2019;20(2):73-87.

e reestruturação cognitiva; 2) Treino de Inoculação do Estresse (TIE); 3) Prevenção à Recaída. Os participantes passaram por uma pré e pós-testagem, na qual foram utilizados os seguintes instrumentos: Entrevista Semiestruturada inicial, entrevista secundária adaptada, Escala de Atribuições e Percepções de Crianças, Inventário de Depressão Infantil (CDI), Entrevista Neuropsiquiátrica Internacional MINI para Crianças e Adolescentes, Escala de Estresse Infantil (ESI), Inventário de Ansiedade Traço-Estado para Crianças (IDATE-C), Entrevista Estruturada com Base no DSM IV/ SCID adaptada e Ficha de Avaliação dos Relatos da Intervenção¹⁰.

Os resultados encontrados apontaram que as diferenças decorrentes da adaptação do modelo interventivo (grupal versus individual) indicam que meninos vítimas de violência necessitam de um maior número de sessões para o acesso a memórias traumáticas e posterior relato se comparados a meninas¹⁰. Embora a análise dos escores obtidos pelos três participantes nas avaliações tenham revelado diferentes repostas à intervenção em relação aos sintomas investigados, os resultados revelam destaque quanto à aliança terapêutica. Concluindo-se que a formação da aliança terapêutica contribuiu para que os participantes permitissem aproximação e expusessem suas vivências¹⁰.

O termo aliança terapêutica (AT) tem sido retratado em muitos estudos como elemento preditor de bons resultados no tratamento terapêutico. Conceitualmente, trata-se do estabelecimento de uma relação de confiança e parceria entre terapeuta e cliente¹⁸. A aliança terapêutica compreende os sentimentos que o terapeuta e o cliente possuem um pelo outro, o grau de comprometimento que ambos empenham no alcance dos objetivos da terapia, bem como as estratégias utilizadas para este fim⁸.

No entanto, uma variável que merece atenção diz respeito ao próprio gênero dos participantes do estudo, pois aos meninos frequentemente são atribuídas características como coragem, força, espírito de liderança, agressividade, entre outras. Essas características, pautadas em discursos como os de que “meninos não choram”, violentamente reforçam a impossibilidade de meninos serem frágeis, e que conseqüentemente sintam-se livres para compartilhar suas vivências e a forma como se sentem²². O tratamento de meninos vítimas de violência sexual caracteriza-se como um desafio, visto que aqueles considerados de alguma forma mais sensíveis podem ter sua masculinidade posta em dúvida²².

O estudo de Oliveira¹⁵ (2016) analisa as políticas diferenciadas voltadas a vítimas indígenas de abuso sexual infantil, levando em conta o posicionamento da Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Altamira (Pará). Em função do crescente índice de abuso sexual infantil nas aldeias, os quais estão correlacionados ao abuso de

Ferreira A, et al. Revisão sistemática de literatura acerca de recursos voltados à prevenção do abuso sexual infantil. RGS.2019;20(2):73-87.

bebidas, drogas e escambo, o autor propõe uma reflexão acerca da formação continuada para profissionais da rede de proteção e também sobre a necessidade da elaboração de um fluxo de atendimento aos casos de violência sexual da população indígena¹⁵.

O autor ressalta que há um vazio teórico-conceitual e procedimental relacionado aos direitos das crianças e dos adolescentes indígenas, resultando em prejuízos na capacitação dos profissionais e nas adequações e normativas que atendam à realidade sociocultural das crianças e adolescentes indígenas¹⁵. Assim, em paralelo a esta pesquisa sobre o alto índice de abusos de crianças e adolescentes indígenas, a Coordenação de Estudos sobre Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (CEIJ/TJEPA) propôs uma capacitação intitulada Aplicabilidade Intercultural dos Direitos das Crianças Indígenas, a qual contou com a participação de 40 profissionais, dentre eles juízes, promotores de justiça, equipe multidisciplinar da Vara da Infância e da Juventude, Conselheiros Tutelares e Rede Socioassistencial¹⁵. A capacitação se estruturou de acordo com encontros temáticos e incluiu discussões e debates, a saber:

1) História social dos povos indígenas no Brasil: da cidadania assimilacionista à cidadania diferenciada. Os principais direitos dos povos indígenas relacionados com os direitos das crianças na Convenção N. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração das Nações Unidas dos Direitos dos Povos Indígenas; 2) Antropologia da Criança. Doutrina da Proteção Integral e Doutrina da Proteção Plural. Aspectos da diversidade cultural na Convenção dos Direitos da Criança, Estatuto da Criança e do Adolescente e Resolução nº. 91/2003 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); 3) Aplicabilidade transversal dos direitos indígenas em questões dos direitos da criança: família extensa e colocação em família substituta; Aplicabilidade transversal dos direitos indígenas em questões dos direitos da criança: ato infracional e medidas socioeducativas; trabalho infantil; violência interna contra crianças e jovens; fluxo de atendimento; 5) Divisão em grupos para estudo de casos reais de abuso sexual, trabalho infantil e ato infracional envolvendo indígenas crianças e as formas de atuação da rede de proteção; 6) Apresentação dos debates e proposições de cada grupo¹⁵.

Destaca-se que um dos fatores que pode ter favorecido a ocorrência de casos de abuso sexual infantil nas comunidades indígenas foi a mudança de localização dessa população de regiões mais isoladas para regiões mais centrais, o que pode ter tornado as crianças dessa cultura mais vulneráveis de certa forma^{14,15}. Tal violência tornou necessário o fortalecimento das redes locais, levando a novas adaptações e ressignificações culturais a fim de que os direitos das crianças indígenas fossem preservados¹⁴.

E, por fim, o estudo qualitativo de Vieira et al. (2015) realizado em 13 municípios da região metropolitana descreveu a percepção de 25 gestores municipais das áreas de Assistência Social, Educação e Segurança Pública no que se refere ao enfrentamento a diferentes formas de violência

Ferreira A, et al. Revisão sistemática de literatura acerca de recursos voltados à prevenção do abuso sexual infantil. RGS.2019;20(2):73-87.

contra a criança e o adolescente. O discurso dos participantes retrata que esse enfrentamento é um desafio intersetorial em razão de variáveis como: a vulnerabilidade das lideranças comunitárias, normas rígidas de funcionamento social, estratégias de correção de comportamentos inadequados agressivos, falta de envolvimento das famílias e a culpabilização delas, configuração e dinâmica familiar, nível político e socioeconômico, trabalho infantil, entre outras. Tais questões são discutidas, porém, não há uma reprodução de recursos, meios ou estratégias que poderiam ser utilizados para fins de prevenção à violência, sobretudo, a violência sexual infantil.

Sabe-se que, contextualmente, os fatores aos quais a criança está exposta podem se configurar como fatores de risco ou proteção. Quando exposta a fatores de risco, a criança pode apresentar alterações significativas em seu desenvolvimento, quando exposta a fatores de proteção, as chances de desenvolvimento saudável são maiores. No entanto, é importante considerar que fatores e proteção podem neutralizar fatores de risco ao desenvolvimento. Isso significa dizer que, ainda que as condições de vida às quais a criança está exposta não seja favorável, alguns desses elementos, tais como estabelecimento de rede articulada de serviços, supervisão parental adequada, substituição de atitudes agressivas por diálogos, envolvimento e engajamento familiar em estratégias que possibilitam a transformação da realidade social, podem contribuir sobremaneira para o desenvolvimento, preservando a criança em situações de violência^{1,20,6}.

4. CONCLUSÃO

Esse estudo teve como questão norteadora a investigação de quais recursos estavam disponíveis na literatura para a prevenção do abuso sexual infantil. Após a elaboração de um protocolo de revisão sistemática, observou-se escassez de instrumentais destinados a esta finalidade. Nas bases de dados BVS e CAPES nos últimos cinco anos e em língua portuguesa, foram encontrados artigos que retrataram recursos como um fôlder, uma intervenção cognitivo-comportamental voltada para meninos, literatura infantojuvenil, capacitação profissional com base em políticas indígenas de proteção à criança.

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, embora fundamentais, não garantem por si só a proteção integral de crianças e adolescentes. É necessário atentar-se para os recursos disponíveis e para a prevenção da violência sexual infantil, os quais, segundo esta pesquisa, foram poucos^{23, 12,10,15}. A criação de novas formas de enfrentamento à violência sexual infantil se faz emergente no cenário atual da saúde da criança.

Ferreira A, et al. Revisão sistemática de literatura acerca de recursos voltados à prevenção do abuso sexual infantil. RGS.2019;20(2):73-87.

Seria importante considerar os contextos imediatos dos quais a criança participa, tais como família e escola, unidos em força-tarefa para a criação de novos meios de promoção da saúde da criança, sobretudo no que diz respeito à violência, pois pesquisas apontam como necessárias ações de prevenção do abuso sexual infantil amplas, as quais englobem a família, profissionais da área social, de saúde e de proteção^{20, 6}.

Considera-se que, em relação à descrição operacional acerca das possibilidades de utilização dos recursos encontrados, tais possibilidades foram retratadas moderadamente e de forma pouco específica^{23, 12, 10, 2014, 15}. Este é um aspecto rico que poderia ser melhor explorado nos estudos elegidos. Outro critério que poderia ter resultado em um número mais expressivo de materiais diz respeito à inclusão de demais línguas que não somente a portuguesa. Para além disso, talvez se outros materiais, tais como monografias, dissertações e teses, tivessem sido incluídos, os resultados encontrados fossem mais expressivos. Entretanto, considerando o período de tempo destinado ao planejamento e à execução desse estudo, os critérios adotados pareceram adequados à ocasião. Estudos posteriores poderiam ampliar tais resultados.

5. REFERÊNCIAS

1. Arcari C. Pipo e Fifi: prevenção de violência sexual na infância. São Paulo: All Print, 2013.
2. Barros O. Segredo segredíssimo. São Paulo, SP: Geração Editorial, 2011.
3. Blay EA. Violência contra a mulher e os regulamentos públicos. Estudos Avançados, 2003; 17 (49): 87-98.
4. Ferreira MFS. Violência sexual contra a criança e o adolescente: a importância da oitiva especial da vítima. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ; 2017 68 p.
5. Ferreira HM. Antônio. Rio de Janeiro: Escrita Fina, 2012.
6. Fleming J, Mullen P, Bammer G. A Study of potential risk factors for sexual abuse in childhood. Child Abuse & Neglect. 1997; 21 (1):49-58.
7. Fonseca V. A invasão do planeta chamado carinho. São Paulo: All Print, 2008.
8. Greenberg LS. Emotion-focused therapy: Theory and practice. Washington: American Psychological Association, 2010.
9. Gonçalves HS, Ferreira, AL. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. Cadernos de Saúde Pública. 2002. 18 (1): 315-319.
10. Hohendorff, JV, Salvador-Silva R, Andrade R, Habigzang LF, Koller, SH. Adaptação e avaliação de uma intervenção cognitivo-comportamental para meninos vítimas de violência sexual. Psicologia Reflexão e Crítica. 2014. 27 (3): 424-433.
11. Kalichman SC. Mandated reporting of suspected child abuse: ethics, law & policy. 2. ed. Washington: APA Books, 1993.

12. Matos KJN, Stelko-Pereira, AC. Análise Aparente de Tecnologia Educativa para Universitários sobre Abuso Sexual Infantil. *Psico-USF*. 2015. 20 (2): 349-352.
13. Monteiro L, Abreu VI, Phebo LB. *Abuso sexual: mitos e realidade*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 1997.
14. Moreira M. El concepto de cultura en el derecho. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*. 2008. 8 (3):466-481.
15. Oliveira AC. Violência sexual, infância e povos indígenas: ressignificação intercultural das políticas de proteção no contexto das indígenas crianças. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales*. 2016. 14 (2): 1177-1190.
16. Padilha, MGS. *Prevenção primária de abuso sexual: avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar*. 2007. Tese de Doutorado. (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP; 2007 182 f.
17. Pfeiffer L, Salvagni, EP. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*. 2005. 81 (5):197-204.
18. Ribeiro E. *Aliança Terapêutica: da teoria à prática clínica*. Braga: Psiquilíbrios, 2009.
19. Saffioti HIB. No Fio da Navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil. In: Madeira FR, editor. *Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Record/Rosa dos Ventos; 1997, p. 135-211.
20. Sanderson, C. *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia*. São Paulo: MBooks do Brasil, 2008.
21. Silva ARS, Soma SMP, Watarai CF. *O segredo da Tartanina: um livro a serviço da proteção e prevenção contra o abuso sexual infanto-juvenil*. Pompéia: Centro Universitário do Distrito Federal, 2011.
22. Silva DRQ, Bertuol, B. Estás sempre chorando, tu é de açúcar? Pedagogias de gênero na educação infantil. *Revista Iberoamericana de Educação*. 2015. 68 (1): 137-150.
23. Siquenel CB. *Chapeuzinho cor-de-rosa e a astúcia do lobo mau*. Rio de Janeiro: LITTRIS, 2010.
24. Soma JL, Williams, LC. Avaliação de Livros Infantis Brasileiros sobre Prevenção de Abuso Sexual baseada em Critérios da Literatura. *Temas em Psicologia*. 2017. 25 (3): 1201-1212.
25. Taal M, Edelaar M. Positive and negative effects of a child sexual abuse prevention program. *Child Abuse & Neglect*. 1997. 21 (4): 399-410. Disponível em: <https://bit.ly/2RmfjSJ>.
26. Williams LCA, Araújo EAC. *Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar*. Curitiba: Juruá, 2009.
27. Wolfe VV. Child sexual abuse. In: Mash G, Barkley R, editors. *Treatment of childhood disorders*. Nova York: The Guilford Press, 1998. p. 545-597.

